

Índice

Introdução.....	11
1. A paz como valor supremo tem uma dimensão cosmopolita.....	19
2. O direito natural, fio condutor para o direito das nações. Grotius. Hobbes: da autopreservação dos indivíduos ao direito das nações (<i>jus gentium</i>)	27
3. Rousseau, o projecto de uma paz perene na Europa e o programa político de uma federação de nações. Rousseau, intérprete e editor do Abade de Saint-Pierre	37
4. Kant e a ideia racional de paz. «O que é válido em teoria é muitas vezes inválido na prática» e o problema da aplicação desta máxima à ideia de uma paz perpétua. A ideia de uma paz perpétua não é objecto de conhecimento teórico, mas sim da razão prática	51

5. Como aproximar uma ideia transcendente da realidade empírica. O uso apenas regulativo das ideias da razão no domínio da moral 59
6. Em Kant, a ideia de paz é um problema que não é resolvido no domínio da moral. Mesmo o conceito de uma «comunidade ética» não conduz à concretização da paz. A ideia de paz exige um sistema jurídico-político. 67
7. O ensaio sobre a paz perpétua e os seus artigos definitivos. 73
8. O Estado de direito como resultado da mera mecânica de forças naturais? Consequências para uma teoria da paz fundada no *Rechtsstaat*. 81
9. A ideia de paz kantiana do ponto de vista dos direitos humanos. As interpretações de Jürgen Habermas e de John Rawls 91
10. O direito dos povos em John Rawls. Proximidade e distância do modelo kantiano. Os direitos humanos como núcleo agregador de uma Sociedade dos Povos 103
11. A falência dos direitos humanos na filosofia de Hannah Arendt. Retorno à noção de comunidade 113

12. O princípio da hospitalidade e a representação do <i>outro</i> , temas centrais na discussão do problema da paz. Jacques Derrida e a interpretação da hospitalidade cosmopolita kantiana.	127
13. A paz como princípio supremo da razão prática, onde se ligam a filosofia da moral e do direito. Conclusão	137
Bibliografia	145